

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



TRABALHO ALIENADO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E CRISE DE HEGEMONIA: consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie

Nome: Francisco Tugna Nhaga¹

RESUMO

Este artigo busca analisar e evidenciar as causas da disputa por posse de terra que tem sido frequente nas últimas duas décadas na Guiné-Bissau. Também descreve através das observações bibliográficas e documentais, avanços e retrocessos na resolução dos conflitos e, o que o governo já tem feito para evitá-los. Assim, observa-se que, o conflito de posse de terra na Guiné-Bissau é intrinsecamente a 4 elementos: (1) Invasão portuguesa; (2) concessão de terra; (3) Plantação e comercialização de amendoim e (4) plantação de caju e a comercialização da sua castanha. O maior número de óbito é observado no município de Nhacra. Por outro lado, percebe-se também que, as autoridades procuram resolver conflitos de forma isolada e instantânea sem levar em conta o denominador comum, ou seja, unir elementos que os conflitos têm em comum e criar estratégias de resolução eficazes.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Disputa. Posse-terra

ABSTRACT

This article seeks to analyze and highlight the causes of the land dispute that has been frequent in the last two decades in Guinea-Bissau. It also describes, through bibliographical and documentary observations, advances and setbacks in conflict resolution and what the government has already done to avoid them. Thus, it is observed that the land conflict in Guinea-Bissau is intrinsically based on 4 elements: (1) Portuguese invasion; (2) land concession; (3) Peanut plantation and commercialization and (4) Cashew plantation and cashew nut commercialization. The highest number of deaths is observed in the municipality of Nhacra. On the other hand, it is also noticed that the authorities try to resolve conflicts in an isolated and instantaneous way without taking into account the common denominator, that is, uniting elements that conflicts have in common and creating effective resolution strategies.

Keywords: Guinea-Bissau. Dispute. land ownership.

1 INTRODUÇÃO

¹ Escola Nacional de Ciências Estatísticas; Pós-graduação; franyxnhaga@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O capitalismo através da sua força propagadora a nível mundial acaba penetrando quase em todos países, direta ou indiretamente, desterritorializando as territorialidades que há de se encontrar em qualquer que seja território. A economia capitalista desde o seu nascimento e ainda hoje requer uma estrutura Estado-Território, em que o Estado desempenha papel crucial de apoio aos empresários, em todo território que o compõem mantendo o monopólio à custa dos capitalistas do país (CATAIA, 2011)

O primeiro contato entre sociedade “moderna” (europeu) e “pré-moderna” (Índios Chippewa) no território hoje denominado Estados Unidos de América e Canadá, foi início de uma desterritorialização a partir da introdução da comercialização de pelo e, posteriormente ocupação e demarcação de terras. Após a instalação europeia, as tribos passam a viver uma nova territorialidade, as terras que anteriormente eram de uso comum e não comercializável, passam a ser gerida, acessada através de uma legislação e comprada monetariamente (Sack, 2011). Essa invasão mudou completamente a territorialidade que se vivia nesse território.

Durante a última década na Guiné-Bissau é muito frequente escutar nos órgãos de comunicação social, relato de conflito por posse de terra entre comunidades, problema que às vezes tem levado muitas pessoas a óbito. Houve intervenção tanto do governo como das organizações da sociedade civil na resolução desses conflitos, mas, parece que, os métodos usados até aqui, não são eficazes, por que, cada vez é mais frequente a notícias de disputa de terra.

O entendimento dos conflitos da posse de terra na Guiné-Bissau nos exige a trabalhar dois elementos: A penetração do capitalismo e a desterritorialização causada pelo mesmo. Assim, na primeira parte deste artigo está descrita a territorialidade que se vivia antes da invasão portuguesa, na segunda parte foi trabalhada a territorialidade encontrada durante o período colonial e, na terceira parte pode-se encontrar as causas da desterritorialização pela invasão portuguesa. Em seguida, após revisão bibliográfica e análise documental (relatórios), foi possível uma análise espacial e destacar 4 elementos que evidenciam conflito por posse de terra

PROMOÇÃO



APOIO





na Guiné-Bissau. Por último, fez-se algumas considerações, refletindo sobre o impacto dos quatro elementos em diferentes momentos.

2.1 DESTERRITORIALIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é um país membro da comunidade dos países de língua oficial portuguesa (CPLP) conquistou a sua independência em 1974 e fica localizado na costa Ocidental da África, tem uma população de aproximadamente dois milhões de habitantes e uma área territorial de 36125 Km. Há muitos anos, a sociedade guineense vem convivendo com várias disputas territoriais entre comunidade vizinhos e grupos étnicos, conflitos que outra hora envolvem confronto físico e perda de vida humana. Apesar da intervenção do Estado em apaziguar vários conflitos, ainda se continua a observar disputas por posse de terra.

“As primeiras pontas surgem nos meados do século 19, na zona sul do país, com base na monocultura do amendoim” (LÉONILDA; MICHEL; JEAN-PHILIPPE, 2001, p. 35). Em 1961 (antes da independência), o decreto nº 43894 dividiu a terra em três categorias. As terras pertencentes à Classe 1 eram Urbanas e Periféricas, sob o controle das autoridades municipais, as terras da Classe 2 eram terras ocupadas pelos diferentes grupos étnicos e eram utilizados segundo os respectivos costumes, as terras de Classe 3 englobava todas as outras terras e estavam disponíveis para serem concedidos nas zonas rurais (apud, LÉONILDA; MICHEL; JEAN-PHILIPPE, 2001). Nesse caso, pode-se depreender que apesar da invasão portuguesa não havia ainda conflito entre comunidades por posse de terra, havia muita terra para todos e pouca plantação de caju.

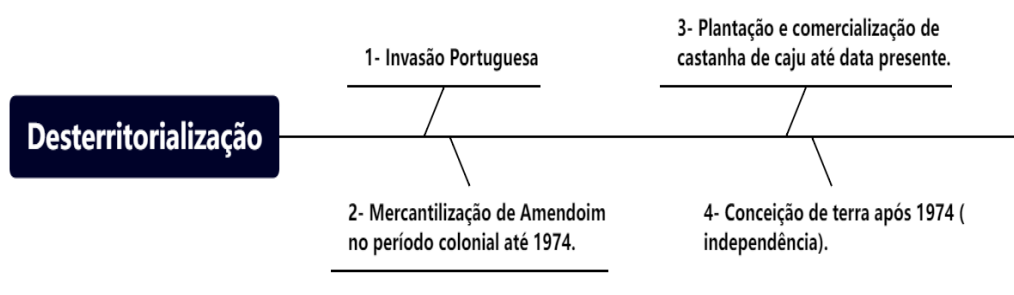
A independência paralisou todas as novas concessões até o fim dos anos 80 onde a política de liberação econômica se traduzia pelo apoio a uma agricultura dita comercial e moderna. Pessoas privadas ou sociedades detêm concessões fundiárias e desenvolvem uma agricultura intensiva, aberta ao mercado, criando empregos e divisas para o país. Em 1986, promove-se a liberalização econômica. Competitividade



e privatização eram as palavras de ordem. No sector rural, esta política se traduz em incentivos a uma agricultura dita comercial e moderna. Pessoas privados ou sociedades detém concessões fundiárias e desenvolvem uma agricultura intensiva, aberta ao mercado. Podem mobilizar créditos e competências para responder às necessidades deste mercado, criar empregos e produzir divisas para o país (LÉONILDA; MICHEL; JEAN-PHILIPPE, 2001).

A compra de castanha de caju pelo capital estrangeiro motivou a inversão da lógica de trabalho e de propriedade nas comunidades. Assim as pessoas começaram a plantar caju em alta escala.

A territorialidade abordada pelo Robert David Sack, no que tange a invasão europeia à norte de américa e compra de pele e que consequentemente alterou modo de vida das tribos que ali viviam, esse fenômeno pode ser comparado com a territorialidade que vem acontecendo na Guiné-Bissau desde a invasão portuguesa e consequentemente a comercialização de amendoim no período colonial e, depois, a comercialização a castanha de caju como mostra a imagem abaixo.



Após a independência a Guiné-Bissau começou a experimentar uma nova territorialidade nunca vista antes.

3 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

O início de uma era “livre”, fora do colonialismo português, se inicia com intensa plantação de caju e primeiros conflitos entre comunidades, o Estado da Guiné-Bissau

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

decidiu criar legislação fundiária que pudesse proteger os indígenas não só da invasão dos estrangeiros a suas terras, mas também do conflito entre eles. A lei sobre posse de terra (Lei, 5/98) promulgada em 1998 visa regularizar toda questão fundiária.

O projeto (Valorização dos recursos fundiários) tinha por objetivo a realização de ações técnicas preparatórias para uma legislação fundiária e a elaboração dos instrumentos da sua aplicação e foi aprovado em Outubro de 1994. Para atingir esses objetivos, foi estabelecida algumas atividades: Formar os técnicos na perspectiva da constituição de um gabinete; estabelecer uma metodologia de delimitação das tabancas (vilas), registrar os direitos das tabancas, vistoriar as concessões, definir um sistema de taxas fundiárias. Assim, antes da implementação desse projeto foi conduzido um estudo de caso que visava ter conhecimento profundo da realidade fundiária, resultado desse estudo levou com que algumas estratégias antes estabelecidas venham a ser alteradas (LÉONILDA; MICHEL; JEAN-PHILIPPE, 2001).

Em 1991, as concessões registradas representavam mais de 300.000 ha com uma média de 136,1 ha por ponta, com grandes disparidades a nível regional e mesmo setorial. Estas concessões equivalem a 27% da área de produção agrícola do país e 9% da superfície total da Guiné-Bissau. 5,1% dos ponteiros detém 62,4% da área total das concessões (LÉONILDA; MICHEL; JEAN-PHILIPPE, 2001).

A tentativa de resolução de problemas de terra foi várias vezes inviabilizada ora por guerra ora por falta de recurso financeiro. A Guerra civil que teve início em sete de junho de 1998 paralisou o trabalho de cadastro das pontas. O material foi quase completamente destruído. O "software" desapareceu. A guerra levou também à destruição do edifício que estava em reforma. Também a guerra levou à destruição de uma grande parte dos arquivos (LÉONILDA; MICHEL; JEAN-PHILIPPE, 2001).

Uma organização não governamental (ONG) denominado Voz de paz, que tem como missão apoiar autoridade locais no que tange a prevenção e resolução de conflitos para consolidação da paz, no seu relatório de 2010, apontou que, as novas formas de alienação da terra são as principais causas de conflito, começando numa escala micro (entre membros de uma família) e numa escala macro (entre

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

comunidades diferente). Se antigamente a terra era um bem coletivo, não alienável, mas transmissível segundo os modos bem codificados de herança, hoje está tendo novas formas de alienação, opostos às regras tradicionais, em que a terra é comercializada tanto pelos membros da família como pelo chefe da comunidade. Esta nova forma de alienação introduz nova relação social nas comunidades e consequentemente conflito de posse de terra (Voz De Paz, 2010).

O problema se torna ainda mais complexo quando alguns membros da família arrogam-se o direito de alienar em benefício próprio, um bem comum. A problemática da terra não é denunciada só no meio rural onde se propaga a procura de terrenos para instalação de pontas, mas também no meio urbano devido à expansão das cidades e procura de espaços para construir habitações. O Relatório também aponta a atividade de exploração de madeira por parte do governo e em colaboração com chefes de tabanca sem consentimento dos membros da comunidade, como um dos fatores da disputa.

O relatório da valorização do recurso fundiário indica que os técnicos da lei de terra registraram mais de 111 tipos de conflitos. Atualmente, existem comunidades em que as negociações da venda da terra são feitas somente pelo chefe da comunidade, no entanto, essas negociações muitas das vezes, não são aceitas por alguns membros da comunidade, dado que, tal ato é totalmente oposto às regras anteriores.

Essas informações revelam o quão é complexo a resolução de conflitos de posse de terra, portanto, para que a resolução dos conflitos não seja uma negociação permanente é necessário a reflexão sobre os critérios.

Aqui, destaca-se quatro elementos importantes para compreender as causas do conflito da posse de terra em diferentes períodos na Guiné-Bissau: (1) Invasão portuguesa; (2) Comercialização de amendoim no período colonial; (3) conceição de terra; (4) plantação e comercialização de castanha de caju.

1- A invasão portuguesa como tem acontecido em vários cantos do mundo ela tinha sempre um dos principais objetivos exploração de recursos naturais, no entanto,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

para que isso aconteça, é necessário mecanismos que vão lhes permitir entrar e instalar as suas bases e conseqüentemente executar as suas atividades de exploração sem que os indígenas percebem rapidamente e, revoltar contra. A religião, cultura europeia em geral e as suas políticas hegemônicas, são os principais mecanismos usados e que hoje podem ser vistos em toda parte da Guiné-Bissau. Por exemplo, há algumas etnias neste país, em que, não existe a figura de chefe entre eles, ou seja, eles antigamente tinham uma estrutura hierárquica horizontal, entretanto, com invasão e influência portuguesa eles passam a ter figura de chefe que, em várias etnias, chamam de Régulo.

2- A produção de amendoim no período colonial e a sua comercialização no mercado internacional, deu início a inversão da lógica de trabalho que até então os indígenas deste território viviam, a plantação e comercialização de amendoim em grande escala no mercado internacional pode ser percebido como início de mercantilização de produtos locais e de individualismo espacial, que hoje se tornou mais visível na plantação de caju.

Agricultura no período colonial como diz Amílcar Cabral em 1954, a estrutura da agrícola guineense é do tipo familiar, a população indígena, entre vários produtos agrícolas, se importava mais com arroz na sua produção, uma vez que este se configura o principal produto alimentício. Portanto amendoim no período colonial é um produto agrícola com mais interesse por parte de estrangeiro, cerca 70% desses cereais é exportado e, apenas dois por cento são transformados em óleo pela indústria local. Ele ainda afirma que a força de trabalho investida na produção de amendoim não traz retorno econômico quando este produto for vendido e comparado com as vantagens econômicas na produção de arroz. Portanto o incentivo à cultura de amendoim por autoridades locais administrativo não serve os interesses do agricultor, se não tirar dele o indispensável na hora de pagar imposto (CABRAL, 1954).

Por outro lado, como diz Oliveira (2016) o colonialismo Português utilizava a religião como o principal instrumento de colonização e que, os governos não deveriam

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

mais praticar o confronto direto, nem guerras justas, assim, o processo de colonização passa a ter um projeto que contém atividade religiosa como o principal elemento da dominação. Os indígenas serão aceites com as suas formas de viver desde que aceitem o estado como protetor da sua integridade e, posteriormente introdução da atividade econômica, como aconteceu no Brasil através do plantio da cana e produção de açúcar.

Nesse caso, sem querer fazer comparação, entretanto, aproveitando análise feita pelo Ribeiro (2020) relativamente a inserção do capitalismo contemporâneo no Brasil, principalmente no agronegócio, mercado imobiliário e, o papel do Estado para mantê-lo funcionando. Isso nos permite decifrar, como o estado desempenha papel importante na manutenção da economia capitalista, com os ganhos exclusivos da elite e agente econômico internacional. Assim, pode-se afirmar que, a plantação de amendoim no período colonial além de ser de exclusivo interesse dos colonizadores, ela também traz benefícios econômicos somente para o mesmo e agente econômico internacional.

3- A conceição de terras às pessoas não autóctones para produção agrícola em alta escala e que também, traz benefícios econômicos só para os ponteiros e classe política, vem gerando o sentimento não só da invasão, mas também de, futuramente não ter mais terra para cultivar. Enquanto as conceições acontecem por meio da legislação, os concedidos enfrentam dificuldade para sua materialização devido às regras nas comunidades ou direitos consuetudinários.

4- Plantação e comercialização de castanha de caju, A intensidade do conflito é recente, porque, antigamente, cada família tinha a sua zona devidamente demarcada, sendo do conhecimento geral. As mudanças socioeconômicas que se verificaram em todo o país, sobretudo após a introdução do sistema liberalizado de economia em substituição do sistema de economia centralizado instaurado após a independência, fizeram crescer as disputas em termos de apropriação dos bens econômicos (MANÉ, 2014).

PROMOÇÃO



APOIO





A plantação do caju e das pontas modificou fortemente as regras antigas. Antigamente as pessoas dentro de uma comunidade plantavam sem restrição espacial por que todas as plantações eram simplesmente de subsistência, no entanto a comercialização da castanha de caju leva com que as pessoas começaram a plantar caju em uma escala nunca vista antes, isso também levou com que as pessoas dentro das comunidades começaram a demarcar as suas áreas de plantação e, ao mesmo tempo se deu início do individualismo, divisão da terra intra e entre tabancas². A plantação de caju é permanente e, quanto mais plantar mais retorno econômico terá, para ter um retorno econômico significativo é necessário boa quantidade de castanha e para ter isso é necessário um grande espaço de plantação. O sentimento de não ter mais espaço para as outras atividades são fortes.

O movimento foi favorecido pelo desenvolvimento da "cadeia produtiva" do caju, deixado pelo Moçambique em guerra. No mercado internacional, controlado pela Índia, os produtores da Guiné-Bissau tomaram o lugar dos Moçambicanos. A Índia tornou-se o primeiro parceiro comercial da Guiné-Bissau com 52 % das exportações (apud, LÉONILDA; MICHEL; JEAN-PHILIPPE, 2001).

Portanto, acabou-se o tempo em que qualquer um podia ter acesso à terra mediante cerimônia ritual. Os autóctones negam, em regra geral, acesso à terra a qualquer pessoa vinda de outra comunidade. A terra passa a ser reservada exclusivamente para as pessoas pertencentes àquela comunidade. Existem territórios em que a instalação de uma pessoa não pertencente à comunidade era possível mediante a venda e compra de um espaço, não juntamente ao governo local, mas com responsável máximo da comunidade.

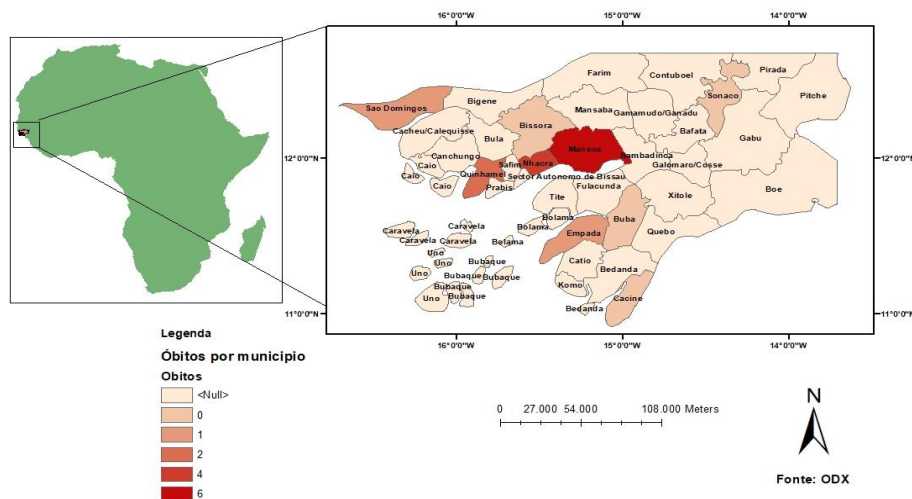
ANÁLISE ESPACIAL

O mapa abaixo mostra a divisão administrativa da Guiné-Bissau por setor e, os setores com maior tom de vermelho correspondem ao maior óbito e aquelas sem tom

² Tabanca na Guiné-Bissau significa uma pequena vila.

do vermelho (null) não significa que não houve disputa ou óbito, mas sim essas informações não estão disponíveis nas agências de notícia. Assim, A análise espacial indica que sector de Nhacra e Mansão são os que têm maior número de óbitos causado pela disputa de terra e, são sectores que estão localizado próximo a capital Bissau, portanto as disputas que aconteceu a redor de Bissau pode ser motivado pela intensa procura de espaço para construção habitacional e uma rápida expansão da cidade. Os outros óbitos e conflitos encontrados no município de Bissorã, Buba, Cacine, Empada, São Domingos e Sonaco entende-se que são reivindicações entre comunidades a quem é o verdadeiro dono da terra.

Mapa de óbitos pela disputa de terra na Guiné-Bissau



Fonte: Redes sociais

A tabela seguinte contém os dados coletados em diferentes fontes para análise espacial e as suas respectivas datas e local onde aconteceu o evento, é importante frisar que, o valor zero (0) indica que houve conflito, no entanto, sem óbito.

Tabela 1- Dados usados para análise espacial

Fonte	Ano	Óbitos	Local
RFI	2020	4	Nhacra
Land Portal	2020	2	Quinhamel
Rádio Jovem	2022	1	São Domingos
Jornal NP	2020	0	Buba
Rádio Sol Manse	2020	6	Mansoa
Jornal o Democrata	2021	0	Sonaco
Jornal o Democrata	2016	1	Empada
Jornal o Democrata	2018	0	Cacine
Matepol	2021	0	Bissorã

METODOLOGIA

A metodologia como sendo uma parte inerente ao trabalho de investigação, ela trouxe informação principalmente onde e como a pesquisa é feita. Para atingir o objetivo proposto neste artigo, foi necessário no primeiro momento fazer um estudo exploratório para ter base teórica e conceitual da área em que a pesquisa é realizada. “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato[...]” (GIL, 2008, p. 27). No segundo momento, já com caminho definido foi aplicado estudo bibliográfico,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



principalmente através dos artigos científicos, por outro lado, alguns documentos como relatórios foram muito importante para conhecer casos específicos do conflito por posse de terra. A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais escritos, normalmente em formatos de livros, artigos e demais publicações de cunho científico” (SHISHITO, 2018, p. 57).

Para realização de análise espacial, uma vez que não existe uma base de dados, ou, outras pesquisas que tenham levantado informações da disputa e óbitos pela posse de terra, os dados foram coletados a partir de portais nacionais e internacionais de notícias disponível na internet, apesar das suas limitações, entretanto, os dados foram coletados de forma consciente, realizando comparação entre portais e o período em que a notícia foi publicado com objetivo de evitar subenumeração ou contar mais do que realmente aconteceu. Se unirmos todas as partes que compõem esta pesquisa, pode-se afirmar que este estudo tem uma abordagem qualitativa.

3 CONCLUSÃO

Antes do período colonial, os povos Africanos que viviam no território que hoje chamado de Guiné-Bissau tinham a suas formas únicas de viver, os estudos nos mostra que cada povo cultivava da sua forma, havia terra abundante e para todos, no entanto, a invasão portuguesa foi o primeiro passo da desterritorialização, ou seja, influenciar e alterar o modo de vida dessa população, tal desterritorialização se concretiza ainda mais com as suas políticas hegemônicas definindo os territórios através das suas legislação e, quem pode ou não usar um determinado espaço. A política de incentivo a plantação e comercialização de amendoim no mercado internacional, produto que interessava exclusivamente a administração colonial devido ao seu valor econômico no mercado internacional, fez com que as famílias começassem a produzir mais do que necessitavam para suas alimentações, e procurando mais espaço para produzir. Como foi tratado anteriormente, amendoim é

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

um produto pouco consumido ou, pode-se dizer que ela é um complemento da dieta alimentar dos Guineenses, uma vez que esse povo produz e consome mais arroz. Assim depreende-se que, a ampliação da produção de amendoim deu início a ocupação da terra mais do que as famílias ou comunidades necessitavam para seu consumo.

O problema agravou-se mais ainda após independência com a concessão da terra a estrangeiros e nacionais que tinham interesse na produção em alta escala para comercialização no mercado internacional. Mas o pior aconteceu depois dos anos 1980, quando Moçambique, país africano, na altura líder do mercado internacional de caju, abandonou a produção devido à guerra civil, a Guiné-Bissau passou ocupar esta posição e ampliou a produção. Este produto por ser um commodities o seu valor depende da demanda no mercado internacional, portanto aqui pode-se afirmar que o valor de castanha de caju tem uma relação forte com expansão da plantação e consequentemente conflito de posse de terra. O capital internacional decide de forma indireta ampliar plantação e ao mesmo tempo contribuir de forma passiva no conflito de posse de terra.

Acredita-se que, tanto governo enquanto autoridade legal bem como chefes das tabancas enquanto autoridades legítimas, precisam procurar mecanismos conjuntas que possam resolver conflitos é imperativo que as autoridades entendam claramente as causas do conflito e, a partir dali, criar estratégias capazes frear os conflitos. É importante frisar que, o propósito deste artigo, não é criar soluções da disputa de terra que está acontecendo na Guiné-Bissau, mas, simplesmente, buscar entender as causas. Entretanto, a partir dele, podem ser elaborados estudos profundos observando a legislação do país e as regras tradicionais de concessão da terra.

Apesar das limitações de acesso aos dados, acredita-se que as técnicas usadas aqui, são passos importantes para evidenciar as causas do conflito pela posse de terra na Guiné-Bissau e ajudar a compreender a influência dos outros fatores da disputa através da análise espacial em determinadas regiões.

PROMOÇÃO



APOIO

REFERÊNCIAS

CABRAL, A. L. Agricultura da Guiné: Algumas notas sobre as suas características e problemas fundamentais. *Repositório da Universidade de Lisboa*.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/8688>>. Acesso em 05 de maio de 2022.

Lisboa: 1959

CATAIA, M. A. Território político: fundamento e fundação do Estado. *Sociedade & Natureza*, v.23, n. 11, 2011

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: 2008

LÉONILDA, A ; MICHEL, P ; JEAN-PHILIPPE, T. **Valorização dos recursos fundiários na Guiné Bissau**: relatório de avaliação. 30 de agosto de 2001. Montpellier: Disponível em: <<https://agritrop.cirad.fr/537303/>> Acessado em 25 de maio.

MANÉ, F. A. **A mediação na resolução de conflitos: o caso de Bambadinca**. Repositório da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/27068>>. Acesso em 1 de junho de 2022.

OLIVEIRA, J. P. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. In: **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 317-362.

RIBEIRO, L. C. Q. Inflexão ultraliberal e a financeirização da ordem urbana brasileira: explorando algumas hipóteses. In: RIBEIRO, L. C. Q. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2020.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L; FERRARI, M. (orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 63-89.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SHISHITO, K. T. **Pesquisas Aplicadas às Ciências Sociais**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional, 2018.

VOZ_de_PAZ. **Guiné-Bissau - As causas profundas de conflitos**: a voz do povo-Resultados da auscultação nacional. Disponível em: <https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2010/08/2010_GB_Interpeace_Voz_Di_Paz_The_Voice_Of_The_People_PT.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2022.

PROMOÇÃO



APOIO

